



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

Secretaria Executiva
Departamento de Governança Institucional
Fundo Setorial de Energia

**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL DE ENERGIA
EXERCÍCIO DE 2021**

Fundo Setorial: CT-Energ

Reunião: 1ª Reunião Extraordinária do Fundo Setorial de Energia – Exercício 2021

Data da Reunião: 26 de agosto de 2021

Horário: 14:00 hs – 17:00 hs

Presidente do Fundo: Eduardo Soriano Lousada

Membros presentes:

Nome	Instituição	Titular ou representante indicado
Eduardo Soriano Lousada	DETAP/SEMPI/MCTI	Presidente
Thales Marçal	CNPq	Titular
Joana Souza de Meirelles	FINEP	Titular
Paulo Luciano de Carvalho	ANEEL	Titular
Jailson Bittencourt de Andrade	Comunidade científica/SBPC	Titular
Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho	Comunidade científica/ABC	Titular
Roberto Wagner Lima Pereira	Setor produtivo/CNI	Titular

Convidados:

Nome	Instituição
Gustavo de Lima Ramos – Relator	CGTS/DETAP/SEMPI/MCTI
Rafael Silva Menezes	CGTS/DETAP/SEMPI/MCTI
Jairo José Coura	CGTS/DETAP/SEMPI/MCTI
Hudney Antunes	FINEP
Lilian Rose Peters	CGGF/DGI/SEXEC/MCTI
Marcela Galo	CGGF/DGI/SEXEC/MCTI
Paula Cabral	CGGF/DGI/SEXEC/MCTI

O Presidente do Fundo Setorial de Energia (CT-Energ), Sr. Eduardo Soriano Lousada, deu as boas-vindas a todos os participantes às 14h10. Mencionou que essa reunião era uma retomada do fundo, haja vista sua última reunião realizada em 2014.

Em seguida, os membros do CT-Energ apresentaram-se. Os membros presentes eram:

- Pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), Sr. Eduardo Soriano Lousada (Presidente do CT-Energ);
- Pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Sr. Thales Marçal;
- Pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Sra. Joana Souza de Meirelles;
- Pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sr. Paulo Luciano de Carvalho;
- Pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Sr. Jailson Bittencourt de Andrade;
- Pela Academia Brasileira de Ciências (ABC), Sr. Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho;
- Pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), Sr. Roberto Wagner Lima Pereira.

Os Srs. Paulo César Magalhães Domingues (MME) e Bruno Franco Cecchetti (CNI) não estavam presentes.

Durante as apresentações, o Sr. Jailson de Andrade utilizou parte do tempo para expor a posição e orientação da SBPC quanto a não aprovação de encomendas, visto que este instrumento não privilegiava a isonomia e ampla concorrência. No entanto, citou que seu posicionamento não levava em consideração quaisquer aspectos técnicos apresentados nas propostas, bem como os relacionados às equipes executoras dos mesmos.

Após a apresentação dos membros, o Presidente do Fundo informou que essa reunião tinha o objetivo de compartilhar informações, dar transparência aos membros e deliberar assuntos de extrema importância e urgência. Informou, ainda, que, por conta do descontingenciamento dos Fundos Setoriais, haveria uma retomada de investimentos.

Posteriormente, o Sr. Eduardo Soriano compartilhou a pauta prevista para a reunião e questionou os membros quanto à sua aprovação, permitindo qualquer manifestação que sugerisse algum tipo de alteração, exclusão ou inserção. Não foram feitos comentários e a pauta foi aprovada.

Após a aprovação da pauta, o Presidente informou que o FNDCT teve grande apoio da SBPC, ABC e CNI quanto ao descontingenciamento de seus recursos e agradeceu a todos pelo esforço dispendido ao longo dos anos. Discorreu, também, sobre diversas informações acerca do fundo, seu histórico e situação atual, bem como perspectivas futuras.

Em seguida, a Sra. Joana Meirelles, da Finep, realizou apresentação sobre os seguintes pontos: i) Regulamentação do FNCDT (Lei 11.540, de 12 de novembro de 2007 e Portaria nº 7.252, de 30 de dezembro de 2019); ii) Governança do FNCDT (Diretrizes, Conselho Diretor, Comitê de Coordenação do FNCDT – CCF, Comitês Gestores etc.); iii) Arrecadação e aplicação dos Fundos Setoriais; iv) Modalidades de fomento com recursos do FNCDT (Art. 12 da Lei 11.540); v) Instrumentos de implementação das linhas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) – chamada pública, carta-convite e encomenda; vi) Destinação dos recursos do FNCDT; vii) Lei Orçamentária Anual (LOA) e Plano Anual de Investimentos (PAI), bem como o fluxograma de aprovação do PAI; viii) Fluxo da execução orçamentária; ix) Competência dos comitês gestores; e x) Propostas Orçamentárias para 2021 e 2022.

Durante a apresentação, a Sra. Joana foi indagada quanto ao tempo mínimo necessário para a realização de uma chamada pública. A mesma disse que em menos de 134 dias não seria possível concluir os resultados de uma chamada, considerando as fases de análise, recursal, e os próprios resultados.

Na mesma linha, o Sr. Thales indicou que, em menos de 134 dias, não seria possível operacionalizar uma chamada pública do zero.

O Sr. Paulo Luciano perguntou se havia algum tipo de limitação financeira em relação aos instrumentos Carta-Convite e Encomenda. A Sra. Joana esclareceu que não há qualquer limite de valores. Segundo ela, somente o conteúdo técnico proposto é avaliado, de acordo com alguns critérios, como singularidade, criticidade, inovação etc.

O Sr. Thales fez alguns comentários relacionados às ações que o CNPq está estruturando para o ano de 2021, bem como o planejamento para o ano de 2022.

A Sra. Joana também fez uma explanação sobre a suplementação de recursos para ações anteriores, e utilizou como exemplo o edital de tecnologias 4.0, o qual teve grande demanda, mas não teve um volume de recursos que poderia atender a um número maior de propostas. Dessa forma, uma das ideias seria utilizar recursos do FNDCT, do ano de 2021, para realizar a suplementação do mesmo.

O Sr. Eduardo Soriano informou que, para 2022, o Fundo terá aporte previsto, mas ainda sujeito à ajustes, de aproximadamente R\$ 117 milhões.

Como o Sr. Carlos Aragão estava com alguns problemas relacionado à utilização do microfone no início da reunião, aproveitou a oportunidade para se apresentar e discorreu sobre a posição da ABC no âmbito da aplicação dos recursos. Relatou que a prioridade dos fundos deve ser o cumprimento dos compromissos anteriores aprovados (dívidas). Falou sobre a discordância em destinar recursos dos fundos para as OS e Institutos de Pesquisa do MCTI, os quais eram mantidos, principalmente, com recursos orçamentários destinados à pasta.

Na mesma linha, o Sr. Jailson de Andrade sugeriu que os recursos fossem destinados aos INCTs que foram avaliados, aprovados e que não receberam recursos.

O Sr. Eduardo Soriano disse que o MCTI estava atento às posições da SBPC e ABC.

A Sra. Lilian Peters fez um breve relato sobre o orçamento dos fundos para os anos de 2021 e 2022 e relatou que um montante significativo será destinado aos INCTs, totalizando pouco mais de R\$ 140 milhões, atendendo, por meio de duas cartas-convite, àquelas propostas que foram bastante prejudicadas no âmbito do edital lançado em 2014.

O Sr. Eduardo Soriano discorreu sobre as possibilidades de integração de ações e recursos, pensando não somente nos recursos do CT-Energ, mas em outros fundos que tenham sinergia com este. Além disso, foi sugerida a realização de uma reunião de planejamento do CT-Energ.

Citou ainda, inclusive, a realização de um mapeamento de energia eólica offshore da costa brasileira, com recursos de uma emenda de relatoria, no sentido de demonstrar que ações que constam no escopo do fundo estão sendo executadas por outros instrumentos de apoio.

A Sra. Lilian Peters relatou, rapidamente, sobre o andamento das propostas aprovadas no âmbito dos fundos, para que os Planos Anuais de Investimentos (PAI) sejam tramitados o quanto antes e aprovados para o desembolso de recursos ainda no ano de 2021.

O Presidente perguntou à Sra. Lilian Peters acerca da composição do Conselho Diretor (CD). A Sra. Lilian respondeu que o CD é formado pela comunidade científica, empresarial, MCTI e áreas governamentais afins ao tema do CT vertical. Informou ainda que os comitês possuem a função de pensar os recursos a serem aplicados, relatou que são 15 fundos setoriais e que há uma planilha de organização com as ações transversais. Informou que há o CCF, composto pelos presidentes dos fundos, o Presidente do CNPq, o Presidente da Finep e o Secretário Executivo do MCTI. A Sra. Lilian informou que a CD reúne todas as demandas dos fundos, além das ações do CNPq para elaborar o PAI. Reportou que há o PAI para projetos não-reembolsáveis e o PAI para projetos reembolsáveis (empréstimo para inovação). Anunciou que, quando todas as ações são reunidas, homologa-se o que foi aprovado, juntamente com as ações transversais. Expôs que o PAI é encaminhado ao CD, presidido pelo ministro do MCTI. Citou que 2021 é um ano atípico e que o ano de 2021 era para ser trabalhado com vistas a aplicações para 2022. Avisou que há urgência acerca dos recursos a serem executados em 2021. Ressaltou a importância de se mostrar a capacidade de execução dos recursos para 2021. Frisou a relevância das ações a serem executadas em 2021. Manifestou que as encomendas são mais ágeis para serem executadas do que as chamadas públicas. Disse que há seis (6) anos os fundos setoriais não se reuniam e que são necessárias estratégias e o aprimoramento de diretrizes para o Fundo.

A Sra. Lilian, acerca do Portaria 7252, informou que todas as normas foram ajustadas com base nas antigas instruções normativas, pois estas não previam reunião online. Disse que a portaria foi atualizada para os tempos atuais. Mencionou que o FNDCT possui regras rígidas e estruturadas para o CD. Relatou que o FNDCT possui regulamentação bastante robusta. Apontou que o Termo de Referência (TR) foi alterado para Carta Proposta (CP). Disse que, depois de aprovada essa CP, faz-se o TR.

Tanto o Sr. Thales quanto a Sra. Joana informaram que todos os recursos humanos de ambas instituições estão trabalhando para que, até o final do ano, os projetos aprovados anteriormente e as ações previstas e ainda não lançadas sejam apoiadas.

O Sr. Rafael Menezes, da equipe do Presidente do CT-Energ, apresentou as duas proposições, sob a forma de encomenda, a serem deliberadas pelo fundo.

1- Carta proposta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), endereçada ao CNPq, com o título "*Planta laboratorial para pesquisa, desenvolvimento e inovação em bioquerosene de aviação*";

e 2- Carta proposta da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), endereçada à Finep, com o título "*Desenvolvimento Tecnológico e Inovação para a Produção de Combustíveis Sintéticos Sustentáveis para Aviação em Escala Laboratorial*".

As propostas foram colocadas em deliberação.

O Sr. Paulo Luciano comentou que entende que ambas as propostas estão fora do escopo do fundo, pois não visam qualquer impacto no setor elétrico, mas sim no setor de aviação civil.

O Sr. Jailson, diante da orientação recebida pela SBPC, votou pela não aprovação das propostas.

O Sr. Carlos Aragão comentou, primeiramente, que os aspectos levantados pelo Sr. Paulo Luciano são de grande validade para as discussões no âmbito do fundo e que os membros deveriam se atentar a isso. Além disso, ressaltou que os recursos disponíveis para o ano de 2021, no âmbito do CT-Energ, poderiam ser utilizados nos INCTs da área de energia. Por último, destacou que acompanha a posição do Sr. Jailson, ou seja, votando pela não aprovação das propostas.

Posteriormente, o Sr. Carlos Aragão perguntou sobre a forma de consulta realizada pelo MCTI para o recebimento de propostas no âmbito do fundo.

A Sra. Lilian Peters explicou, rapidamente, o processo utilizado, de forma geral, por todos os fundos, para a publicação da necessidade de recebimento de propostas. Posteriormente, o Sr. Eduardo Soriano especificou a forma que foi utilizada para a estruturação e recebimento de propostas a serem avaliadas durante a reunião do comitê.

Após as explicações, o Sr. Paulo Luciano perguntou se as propostas poderiam sofrer algum tipo de alteração.

O Sr. Eduardo Soriano comentou que as cartas propostas são escritas de maneira pouco detalhada, sendo possíveis alterações, mas que mantenham a ideia principal da proposta.

O Sr. Rafael Menezes aproveitou para complementar e dizer da importância do desenvolvimento dos projetos para vários setores, não somente pensando no combustível renovável de aviação obtido como produto principal das atividades. Ressaltou, também, que não faz parte da composição do Comitê Gestor do CT-Energ e que sua participação tinha o intuito de contribuir para as discussões técnicas no âmbito deste, levando em consideração a necessidade de apresentação das propostas submetidas para a avaliação dos membros do fundo.

O Sr. Carlos Aragão ressaltou que o Comitê Gestor tem a função de dar diretrizes para a aplicação de recursos do fundo. Citou que não escutou qualquer menção a área nuclear e sentiu falta dessa questão. Comentou que não é estudioso dos assuntos apresentados no âmbito das duas propostas de encomenda submetidas ao fundo e que essas propostas deveriam passar por um crivo de especialistas para verificar se as mesmas possuem mérito técnico para serem apresentadas ao fundo. Citou, novamente, que o fundo não deveria trabalhar dessa forma.

O Sr. Eduardo Soriano relatou que as encomendas fazem parte do modus operandi dos fundos e é um dos instrumentos operacionais elegíveis, além da carta-convite e edital. Mesmo assim, propor somente encomendas para a reunião do CT-Energ não era a posição original do MCTI, a qual estava baseada, anteriormente, no lançamento de editais via Finep e CNPq. Como o tempo para o lançamento de editais é exíguo, não haveria possibilidades de implementá-los a fim de utilizar os recursos de 2021, o que impactaria, negativamente, na execução orçamentária do fundo e na disponibilidade de recursos para os próximos anos.

Diante desse cenário, o Sr. Eduardo Soriano colocou, novamente, as propostas para deliberação.

Primeiramente, foi colocada em votação a proposta a ser coordenada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Membro Voto proferido Comentários Eduardo Soriano Lousada Aprovou a proposta da UFRN.

Membro	Voto proferido	Comentários
Eduardo Soriano Lousada	Aprovou a proposta da UFRN	Como a votação preliminar empatou (3x3), o Presidente utilizou seu voto para desempatar e a proposta acabou sendo aprovada por 4 votos a 3.

Thales Marçal	Aprovou a proposta da UFRN	Relatou que seria importante um melhor planejamento para as próximas ações, principalmente quanto a utilização de chamadas públicas para aplicação dos recursos do fundo.
Joana Souza de Meirelles	Aprovou a proposta da UFRN	
Paulo Luciano de Carvalho	Não aprovou a proposta da UFRN	Entendeu que a proposta não possui aderência ao CT-Energ, segundo o decreto que estabelece as diretrizes do mesmo.
Jailson Bittencourt de Andrade	Não aprovou a proposta da UFRN	Reiterou o posicionamento da SBPC - não aprovação de encomendas
Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho	Não aprovou a proposta da UFRN	Reiterou o posicionamento da ABC - não aprovação de encomendas.
Roberto Wagner Lima Pereira	Aprovou a proposta da UFRN	Relatou que possui o mesmo entendimento do Sr. Paulo Luciano, quanto à não aderência da proposta às diretrizes do CT-Energ. No entanto, por conta da impossibilidade de utilização de outros instrumentos, aprovaria a encomenda proposta.

A proposta da UFRN foi **aprovada** por 4 votos a favor (3 votos contra).

O Sr. Roberto Wagner relatou que não recebeu as propostas com antecedência.

A Sra. Lilian Peters perguntou aos membros se todos tinham recebido as propostas. Todos os membros, com exceção do Sr. Roberto Wagner, receberam as propostas dentro do prazo limite estabelecido.

Na sequência, foi colocada em votação a proposta a ser coordenada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Membro	Voto proferido	Comentários
Eduardo Soriano Lousada	Aprovou a proposta	
Thales Marçal	Aprovou a proposta da UFRN	
Joana Souza de Meirelles	Aprovou a proposta da UFRN	Registrou que seria importante distribuir os recursos ao longo dos próximos 3 anos.
Paulo Luciano de Carvalho	Aprovou a proposta da UFRN	Entendeu que a proposta carece de alguma aplicação no setor elétrico e gostaria de verificar a possibilidade de que o projeto tivesse algum componente/atividade que tivesse aplicação direta com o setor.
Jailson Bittencourt de Andrade	Não aprovou a proposta da UFRN	Reiterou o posicionamento da SBPC - não aprovação de encomendas.
Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho	Não aprovou a proposta da UFRN	Reiterou o posicionamento da ABC - não aprovação de encomendas.
Roberto Wagner Lima Pereira	Aprovou a proposta da UFRN	

A proposta da UFRJ foi **aprovada** por 5 votos a favor (2 contra).

Após a deliberação das propostas, o Sr. Eduardo Soriano colocou em pauta a questão sobre a necessidade de alteração/atualização futura do documento de diretrizes do fundo.

A Sra. Lilian Peters explicou o funcionamento e os procedimentos necessários para a alteração/atualização do documento de diretrizes do fundo, bem como o manual operativo e o regimento interno. Nesse sentido, relatou que o Presidente possui, como uma de suas funções, o papel de liderar o processo de alteração/atualização dos documentos relacionados ao fundo, juntamente com os membros do comitê gestor.

Assim, o Sr. Eduardo Soriano colocou em deliberação a necessidade de atualização do documento de diretrizes do fundo, principalmente quanto à aplicação dos recursos, mas que isso deveria ser feito durante o ano de 2022.

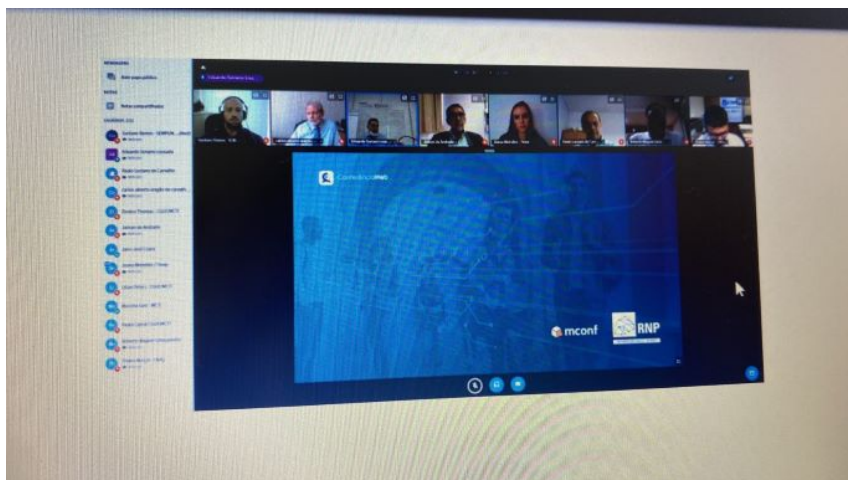
A moção foi **aprovada** por unanimidade.

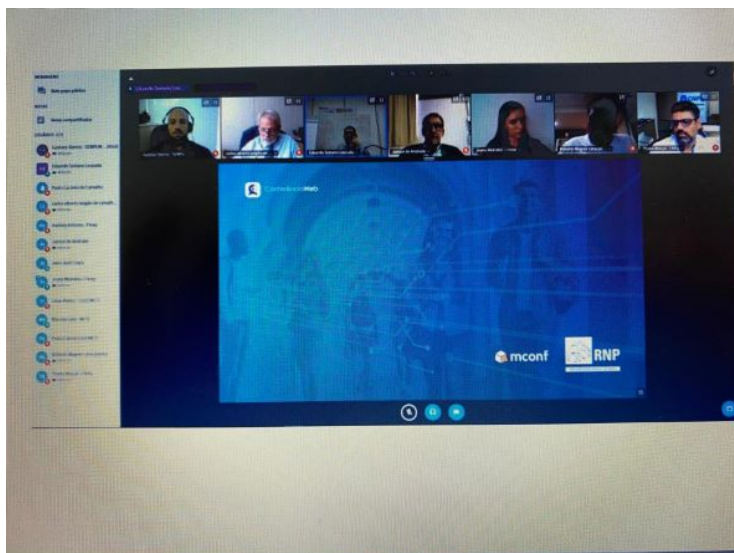
O Sr. Carlos Aragão ressaltou, novamente, que toda proposta de encomenda deve vir acompanhada de uma avaliação prévia (como por exemplo um parecer ou nota técnica) à apresentação no âmbito das reuniões ordinárias do fundo, a ser realizada por um corpo técnico qualificado para a temática em questão. Por último, diante da aprovação do processo de atualização das diretrizes do CT-Energ, essa questão deveria ser levada em consideração durante o processo a ser realizado nos próximos meses.

O Sr. Jailson ratificou tudo que foi dito pelo Sr. Carlos Aragão, e ressaltou a dificuldade em avaliar tecnicamente as propostas no âmbito das reuniões ordinárias do fundo, principalmente quando as temáticas fogem das competências técnicas específicas de cada membro.

Os Srs. Paulo Luciano, Thales Marçal, Roberto Wagner e a sra. Joana Meirelles agradeceram e enfatizaram a necessidade de trabalharem em conjunto para a atualização das diretrizes do fundo e para o planejamento das ações para os próximos anos.

Fotos da reunião e dos participantes:





Eduardo Soriano Lousada
Presidente do CT-ENERG



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Soriano Lousada**, Diretor do Departamento de Tecnologias Aplicadas, em 16/12/2022, às 13:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9566083** e o código CRC **917F3812**.